



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Nelson Rosas Ribeiro<sup>1</sup></b>	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A crise voltou às manchetes e, novamente, como crise financeira. Agora todos admitem o duplo mergulho ou saída em W. As discordâncias só se manifestam quando se discute as suas causas, o que é o resultado da debilidade das concepções teóricas existentes. Este artigo pretende demonstrar que existe uma teoria marxista da crise e que a sua consistência permite explicar o fenômeno desde suas manifestações iniciais, ainda no século XIX. Marx, infelizmente não a ordenou, mas deixou indicações precisas espalhadas ao longo das suas obras. Pretende-se aqui reunir, ordenar e explicitar, de forma coerente, o que o grande mestre deixou. Em primeiro lugar, identifica-se a crise como mais uma fase do fenômeno chamado “crise cíclica de superprodução” que atinge a economia mundial, desde que o capitalismo chegou à sua maturidade. Em seguida recolhem-se as indicações deixadas por Marx, ao longo de suas obras, apresentando uma proposta de teoria coerente procurando manter a maior fidelidade ao pensamento do seu criador. A exposição começa com a Mercadoria, onde se encontra o germe da crise, na contradição Valor x Valor de Uso, que vai se desenvolver até o aparecimento do Dinheiro. Continua com o surgimento do capital e a expansão deste e das contradições que ele criará no seu desenvolvimento. Identifica-se a causa da crise. Conclui-se que a chamada “crise financeira” é apenas a forma financeira que o conteúdo “crise geral de superprodução” assume nas condições do capitalismo atual.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Teoria da crise, Marx, capitalismo			
ABSTRACT			
<p>Crisis is back in the headlines and, again, as financial crisis. Now, the double dive or W recovery are accepted by all. Disagreements only emerge when discussing its causes, which is the result of existing theoretical conceptions weakness. This paper aims to prove the existence of a Marxian theory of crisis and prove that its content allow us to explain the phenomenon since its first appearance at XIX Century. Marx, unfortunately, did not put it together, but left precise indications all over his work. Here, we aim to gather, to order and to demonstrate, coherently, what the great master left us. First of all, we identify the crisis as another phase of the phenomenom so called “overproduction cyclical crisis” which has been striking World economy since capitalism reach its maturity. Then, we collect indications left by Marx, at his work, presenting a proposal of a coherent theory, trying to remain as faithful as possible to the mind of its creator. Our exposure begins with commodity, where crisis germ is found, in value x use-value contradiction, which evolves itself until Money appearance. Then, we continue with capital appearance, its expansion and the expansion of contradictions generate by it during its development. Crisis cause is identified. It was conclude that the so called “financial crisis” is nothing but the financial form taken by the content “general overproduction crisis” at current capitalism.</p>			
KEYWORDS			
Crisis Theory, Marx, Capitalism			

A crise voltou às manchetes e, novamente, como crise financeira. Em 2008 falava-se em crise do subprime, agora se fala em crise da dívida soberana. Antes eram as instituições financeiras

<sup>1</sup> Professor Emérito da UFPB, Coordenador do Progeb – Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira, do Departamento de Economia da UFPB.

as falidas e as culpadas pelos acontecimentos, agora são os governos irresponsáveis que gastaram mais do que podiam.

Em 2008 as instituições financeiras falidas bradaram pela ajuda dos Estados que, solícitos, despejaram dinheiro nos cofres daquelas instituições, ou como pura doação, ou a juros baixos e até mesmo negativos. Mas, para conseguir este dinheiro, os Estados emitiram títulos remunerados a juros elevados. O resultado estava previsto à partida: quebraram. E agora, as mesmas instituições vão à carga para cobrar integralmente o que lhes é devido. E, diante da grita geral, os Estados e as organizações financeiras internacionais movem-se desesperadamente em busca de uma solução.

Qual poderia ser a solução?

É claro que tem de ser uma solução que atenda os interesses do capital financeiro internacional, ou seja, garanta a sua remuneração. E, neste sentido, tudo é válido contanto que sejam pagos os juros, dividendos ou outras formas de remuneração do capital. Foi assim nos anos que se seguiram à quebradeira 2008. Depois da curta “recuperação”, a euforia acabou e veio o repique da crise. O dinheiro que os governos entregaram ao sistema para “aumentar a liquidez” foi obtido com os impostos, ou as emissões ou com o lançamento de títulos da dívida, ou seja, os Estados se endividaram, aumentando a dívida soberana para cobrir o rombo provocado pelo resgate dos títulos podres.

E agora, como rolar esta dívida? Todas as medidas apontadas vão na mesma direção: equilibrar os orçamentos dos Estados através da compressão das despesas e aumento das receitas. Em época de crise a única maneira de aumentar as receitas é através de impostos. As despesas só podem ser reduzidas com os cortes dos gastos previstos no orçamento e aí estão as despesas com salários, materiais de consumo, educação, saúde, obras, investimentos, etc. O corte destas despesas comprime o consumo e, portanto, agrava a crise.

E todo este sacrifício é feito para cobrir o rombo dos bancos e instituições financeiras. Uma vez repassados, estes recursos estão sendo novamente destinados à especulação provocando a formação de novas bolhas e não servem de estímulo à produção. Entramos assim em um beco sem saída. A violência do fenômeno passa a arrastar, cada vez mais, empresas industriais, comerciais e bancárias, levando muitas à falência. As vendas caem, o desemprego cresce, comprimindo ainda mais o consumo, que, por sua vez, provoca a redução da produção e a suspensão dos planos de investimentos das empresas. A desaceleração da atividade econômica se agrava e só poucos ainda não vêem que a crise, inicialmente manifestando-se sob a forma financeira, generalizou-se estendendo-se a toda a economia real.

Mas, mesmo considerando que a crise é financeira e foi causada pelo comportamento desonesto ou irresponsável de certos agentes econômicos este tipo de explicação só seria aplicável às crises atuais..

E como explicaríamos a crise dos anos 2.000? Para esta, outro bode expiatório foi encontrado na época: o ato terrorista que destruiu as torres gêmeas do WTC, em Manhattam.

Mas o problema não se encerra aí. O que diríamos sobre a crise que se manifestou no começo dos anos 90? Podemos utilizar a mesma desculpa já aplicada à crise anterior, dos anos 80: o choque dos preços do petróleo.

Falta-nos, porém a crise dos anos 70. Esta, não teve explicação, foi uma trágica casualidade, um azar, segundo as palavras do conceituado grupo de especialistas contratado pela OCDE, para estudá-la.

Era necessário encontrar uma explicação e uma causa para o impossível, pois se acreditava que a fase cíclica do capitalismo havia sido ultrapassada, graças à hábil gestão da política econômica keynesiana. Como se sabe, depois da segunda guerra mundial, o mundo atravessou 25 anos de desenvolvimento sem sobressaltos, período em que foi largamente utilizado este tipo de política econômica. O que ninguém gosta de lembrar é da “pequena” contribuição dada pela destruição provocada pela guerra que eliminou mais de 50 milhões de pessoas e destruiu quase todo o parque industrial da Europa e parte da Ásia.

A crise dos anos 70 apanhou de surpresa os economistas apologistas do “capitalismo post-cíclico” e também as próprias organizações internacionais. Preocupada com o inesperado fenômeno, a OCDE contratou uma competente equipe de técnicos chefiada pelo Sr Paul McCracken para realizar um minucioso estudo capaz de explicar o que se estava passando. A equipe apresentou um relatório que ficou conhecido como Relatório McCracken, onde se concluiu:

“... as causas imediatas dos graves problemas que enfrentamos durante o período 1971-1975 podem ser explicadas em grande parte pela análise econômica clássica. ... **A revolução recente explica-se, no essencial, pela conjugação excepcional no tempo de uma série de acontecimentos infelizes que com certeza não se repetirão na mesma escala** e cujos efeitos foram amplificados por certos **erros de política econômica** que poderiam ser evitados.” (McCracken).

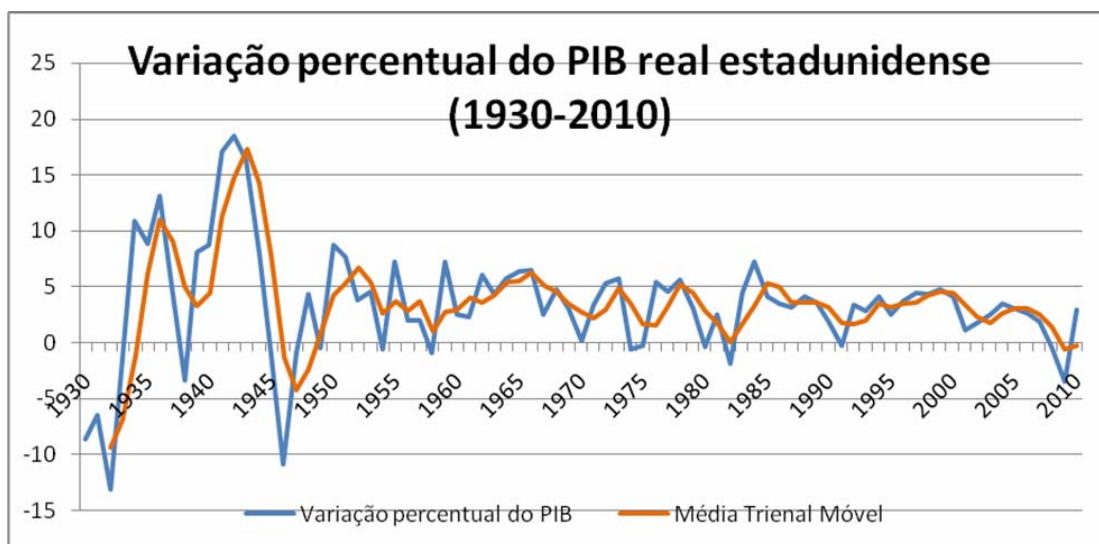
Por ironia, no período que se seguiu, os “acontecimentos infelizes” conjugaram-se, num ritmo de aproximadamente 10 anos, e nenhuma política econômica foi capaz de contorná-los. O movimento cíclico da economia capitalista, que se repete a mais de 100 anos, voltou a se manifestar com toda a violência e periodicidade padrão de 10 anos. É esta a conclusão a que chegamos sobre o

caráter da crise atual. Apesar de ter assumido inicialmente, uma forma financeira, esta crise nada mais é do que uma nova manifestação do movimento cíclico da economia capitalista.

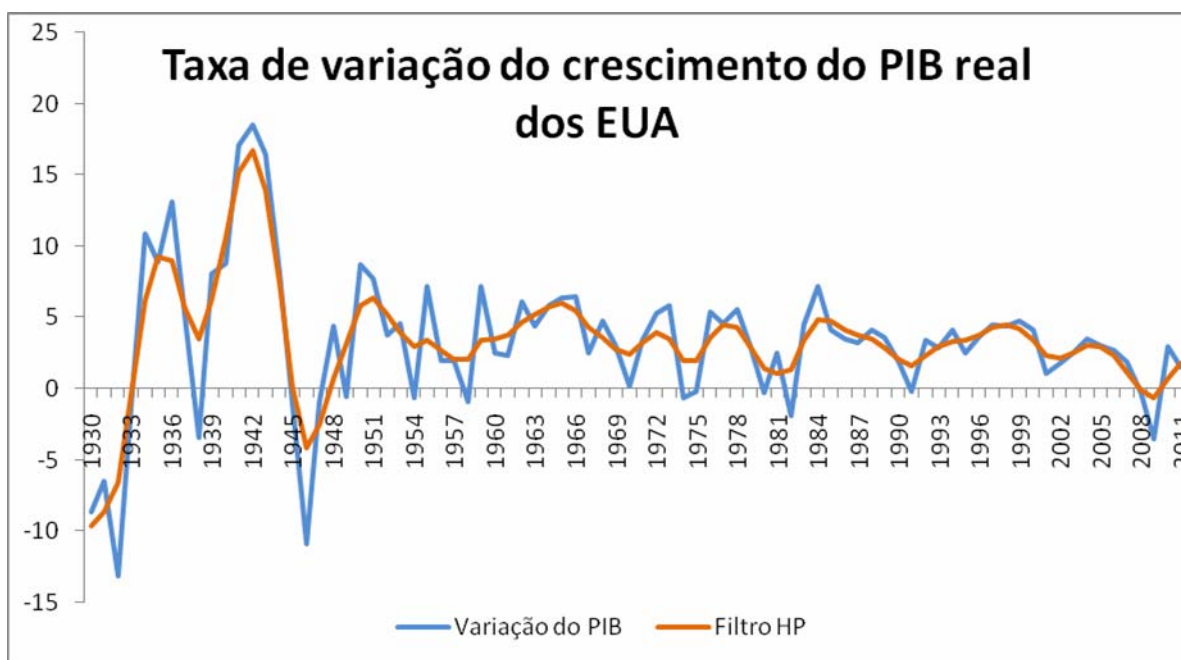
Uma análise gráfica nos permite, visualizar com bastante clareza, estas ondas cíclicas. Para isto podemos tomar como indicador, a partir do ano de 1930, as taxas de crescimento do PIB da economia americana, carro chefe da economia mundial.

Para tornar possível uma observação mais precisa da linha de tendência, usaremos na construção do gráfico a seguir, um recurso estatístico (as médias trienais móveis) e um recurso econométrico (o filtro de Hoderik-Prescott).

**Gráfico – 1**



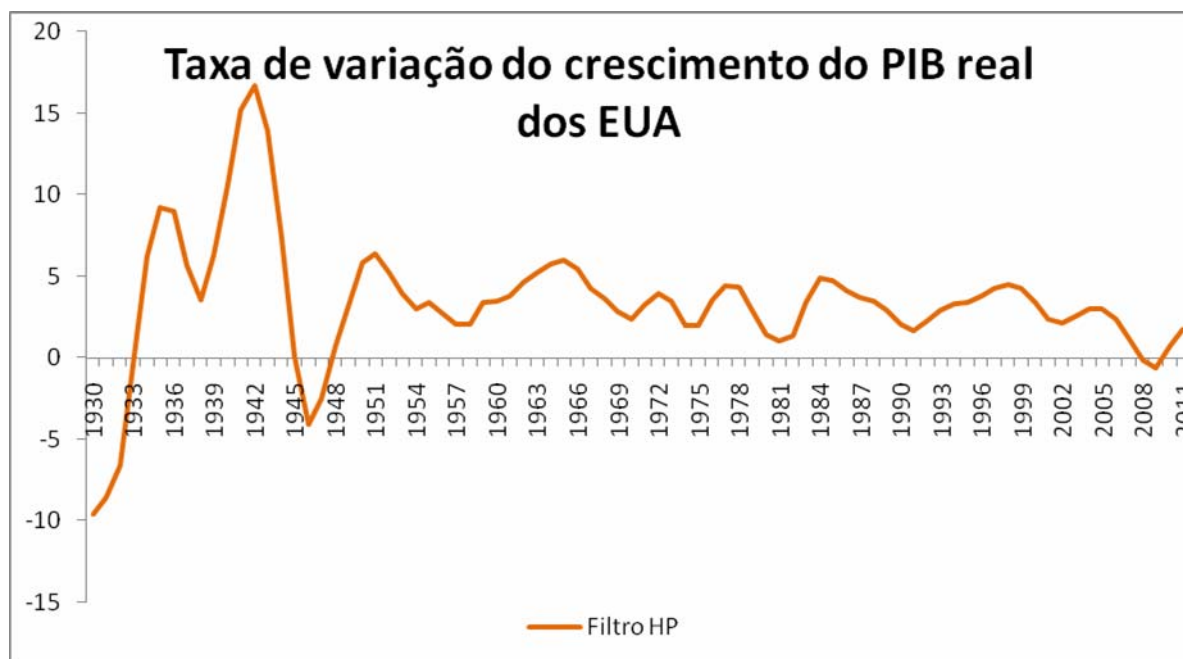
**Gráfico – 2**



As linhas que representam as taxas de variação anuais do PIB permitem observar o movimento do crescimento ano a ano mas escondem a tendência geral do movimento. Uma vez aplicando os recursos estatísticos ou econométricos obtemos uma outra linha onde esta tendência pode ser observada.

Eliminemos agora a linha das variações anuais e observemos a linha de tendência obtida com o filtro HP.

**Gráfico 3**



O gráfico nos permite ver a grande crise vivida pela economia americana nos anos 30 e o repique que ocorreu em 1937, o que demonstra que a saída em W, tão falada atualmente, já ocorreu anteriormente. No período de 46 anos, contados a partir de 1960, a economia americana foi atingida por 6 ondas de crescimento e desaceleração ou seja, desenvolveu 6 ciclos.

Não é minimamente lógico se pensar que estes movimentos foram motivados por meros acasos ou foram provocados por causas acidentais. É certo que cada um deles teve suas especificidades, mas não há como negar sua regularidade o que nos obriga a procurar uma teoria que os explique como um fenômeno cíclico, repetitivo, que obrigatoriamente deve ter uma causa geral.

Todas as correntes de pensamento econômico reconhecem e admitem a existência de períodos de crescimento e crise nas economias dos países capitalistas. A vulgarização desta constatação pode ser observada, de forma mais ou menos simplistas, nos mais consagrados manuais

de economia. Em décadas passadas, mesmo no início do século XX, muitas obras foram escritas sobre o fenômeno conhecido como ciclo econômico ou ciclo de Juglar. Renomados autores dedicaram-se ao seu estudo e foram escritas centenas de obras sobre o assunto. No entanto o mistério, que embaraçava os teóricos e a própria teoria econômica, permaneceu sem explicação: qual a sua causa.

A partir dos anos 70, após o período em que o movimento cíclico foi amortecido, a crise voltou a manifestar-se com violência. Os apologistas do sistema adotaram uma nova tática. Na impossibilidade de explicar e combater o ciclo trataram de escondê-lo. Isto foi, e está sendo feito de várias maneiras. Desde a criação de uma bateria de termos e conceitos que confundem a própria descrição e caracterização do fenômeno, até a simples alteração das traduções de palavras em inglês. É assim, que a expressão “business cycle”, que durante décadas foi traduzida como “ciclo econômicos”, em português, e expressões semelhantes em francês, espanhol, italiano, etc., foi alterada para “ciclo de negócios”, como se tratasse de um novo fenômeno sobre o qual não houvesse literatura anterior. Outro caminho para a fraude tem sido negar a generalidade do fenômeno e considerá-lo como uma sucessão de fatos isolados, cada um com sua própria causa. Permite-se ver as árvores, mas não a floresta.

As teorias toscas que são criadas mal conseguem descrever cada acontecimento e sempre a posteriori. Nenhuma capacidade explicativa elas apresentam. As consequências disto é que cada crise provoca uma grande surpresa. É mais uma desgraça que se abate sobre a humanidade. E as soluções propostas são cada vez menos eficientes diante do avanço e do agravamento das contradições do capitalismo.

No entanto, em Marx encontra-se uma teoria sobre as crises que nos permite desvendar o mistério, entender a essência do fenômeno e descobrir a sua causa. Com a utilização desta teoria torna-se possível identificar a crise atual, como a entrada em mais uma fase de crise do ciclo econômico ou crise cíclica de superprodução. Infelizmente, esta teoria, formulada por Marx, não ficou completamente explicitada e estruturada em suas obras, razão da grande confusão que se criou, mesmo entre os autores marxistas.

Não seria possível, no curto espaço deste artigo, fazer uma exposição ordenada e detalhada desta teoria. Isto está feito no livro de minha autoria “A crise econômica – Uma visão marxista”, onde se procurou coletar, ordenar e sistematizar as contribuições que Marx deixou ao longo de seu trabalho. Decidi então utilizar este espaço como uma espécie de guia de leitura do livro, procurando indicar os vários passos e o caminho que foi seguido para montar a teoria que está contida nas obras do grande mestre.

## **1 - A crise cíclica de superprodução**

O fenômeno que estamos presenciando é tratado por Marx como "crise de **superprodução** ou **sobreprodução**". A esta expressão é agregado o termo "cíclica". Estamos, portanto, diante de uma "**crise cíclica de superprodução**", fenômeno que autores consagrados reconhecem ser composto por 4 fases distintas: crise, depressão, reanimação e auge. A expressão ciclo de Juglar também é usada e o termo ciclo econômico generalizou-se e passou a ser o mais utilizado.

Embora esta crise atual tenha tido uma forma financeira particular de eclosão, cada vez mais ela vai apresentando todas as características típicas do fenômeno geral reconhecidas por todos os economistas.

A forma de manifestação clássica é a impossibilidade da venda das mercadorias produzidas. É como se, num dado momento, a oferta se apresentasse maior do que a procura solvente.

"Há uma superprodução generalizada de mercadorias em termos relativos ao volume da procura efetiva. As empresas, impossibilitadas de realizarem suas mercadorias tentam manter a produção aumentando os estoques. A situação econômico-financeira vai-se tornando insuportável e começam as medidas de redução da produção, com os conseqüentes despedimentos de trabalhadores e diminuição do consumo produtivo. Aumenta o desemprego, os salários tendem para queda, reduzindo-se também o consumo pessoal o que ocasiona o encerramento de novas empresas. O fenômeno desenvolve-se em cadeia ocasionando a redução dos investimentos, falências e concordatas" (Ribeiro, 1983).

Diante do bloqueio das vendas, a necessidade de dinheiro aumenta gerando-se uma crise de liquidez, pois o sistema bancário se retrai temendo as falências, o que contribui para agravar ainda mais a situação.

No entanto, a manifestação visível da crise através do excesso de oferta em relação à procura é apenas uma forma de manifestação do fenômeno, uma aparência. É isto que o torna visível, mas não é o seu conteúdo.

A superprodução, que consiste na impossibilidade do ser humano poder consumir o produto de seu próprio trabalho, não pode ser concebida em uma sociedade de auto consumo. Para que ela seja possível torna-se necessário que cada ser humano seja obrigado a consumir o produto do trabalho de outro. Isto só pode ocorrer em uma sociedade de produtores de mercadorias.

“Este foi o caminho seguido por Marx e, na tentativa de desvendar a essência do próprio Modo de Produção Capitalista, ele deslocou a sua análise até a Mercadoria, forma que o produto do trabalho humano assumiu em determinada etapa do desenvolvimento da sociedade.” (Ribeiro, 2008: 11)

## 2 – As formas da crise

Todo fenômeno, antes de assumir uma forma de manifestação, deve preexistir em estado embrionário. Até o momento em que se manifesta ele deve seguir um processo mais ou menos longo de evolução e amadurecimento. Para estudar a crise de superprodução Marx seguiu precisamente o caminho de procurar identificar suas origens e o lento processo de criação das formas e condições que permitiriam sua maturação e enfim, sua manifestação com todas as potencialidades.

Foi na forma mercadoria, que Marx identificou a existência do germe da crise. É aí que este germe se encontra. A mercadoria será considerada como uma unidade formada pelos contrários Valor de Uso (VU) x Valor (V). Por ser uma unidade de contrários, a mercadoria nega sua condição de VU para o seu produtor impedindo-o de consumi-la. Ela é apenas V, para ele, mas este valor é ideal, não pode materializar-se. É por isso que o produtor de mercadorias deve dirigir-se ao mercado para trocá-la.

Uma vez identificada a origem do fenômeno, na contradição  $V \times VU$ , torna-se necessário seguir o desenvolvimento desta contradição o que foi feito utilizando-se um recurso que chamamos de equações de valor. Este recurso nos permitiu acompanhar a evolução dos Valores de Troca até o surgimento do Dinheiro, ponto em que a contradição interna às mercadorias  $V \times VU$  assume uma forma de manifestação externa entre Mercadoria e Dinheiro ( $M \times D$ ).

Esse surgimento permitiu o aparecimento de um novo Valor de Troca, o preço, forma ideal do valor. O Dinheiro introduziu na sociedade uma nova contradição, a contradição entre compra e venda. Foi com ele que a circulação  $M-M$  se transformou na circulação  $M-D-M$ . rompendo, no tempo e no espaço, os atos de compra e venda. ..”*Compra e venda podem separar-se. Constituem, portanto crise em estado potencial..*”. (Marx, 1980, V-II: 945)

Foi igualmente o dinheiro, com a sua função de meio de circulação, que criou a primeira forma abstrata da crise. “*Podemos, portanto dizer: em sua primeira forma, a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e da venda.*” (Marx, 1980, V-II: 945)



O fenômeno Dinheiro, em sua função de meio de pagamento criou ainda uma nova forma de manifestação da crise. *“Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e então o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo, em dois papéis diversos.* (Marx, 1980, V-II: 945).

Mas, Marx, entretanto, avisa que estas são formas abstratas da crise. O fenômeno não é possível ainda. *...As duas formas ainda são de todo abstratas, embora a segunda seja mais concreta que a primeira.* (Marx, 1980, V-II: 945)

Nas condições de uma sociedade mercantil o fenômeno da superprodução não pode passar da possibilidade à necessidade. Isto só poderá ocorrer na sociedade capitalista.

“Mas temos aí meras formas - possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real. Nelas aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo com fundamento concretizado. (MARX, 1980, V-II, p. 948)

Mas agora se trata apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise em potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de formas próprias do capital, as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e dinheiro.” (Marx, 1980, V-II: 948)

Seguindo as indicações de Marx o estudo deslocou-se para a circulação capitalista de mercadorias. Nesta circulação, tanto a mercadoria como o dinheiro são formas de circulação do capital. Além dessas formas, o capital assume outra, a forma produtiva. Assim o Capital (conteúdo) pode apresentar-se sob as formas Mercadoria, Dinheiro e Produtiva. Nesta sociedade, caracterizada pela circulação D-M-D', surgirá a terceira forma de manifestação da crise com o aparecimento de uma nova unidade de contrários. Descobrimos que a reprodução do capital é a unidade formada pelo par produção x circulação e com esta contradição surge a terceira forma da crise.

“O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata da crise”. (Marx, 1980: V-II, 948)

Mas, com o capital produtivo, aparecerá também uma nova contradição, gerada por ele: a contradição consumo x produção. Essa contradição criará uma nova forma da crise. Mercadoria e

Dinheiro, como meios de circulação do capital estarão, assim, contribuindo para aumentar a possibilidade das crises.

“Expandem-se assim, mais uma vez, as formas de manifestação da crise e com ela sua possibilidade. **Na contradição consumo – produção reside a 4ª forma de manifestação de crise**”. (Ribeiro, 2008: 64)

O passo seguinte será incorporar ao modelo de análise, o capital que surgirá da autonomização das funções inerentes ao capital-mercadoria: o capital comercial.

O capital comercial, portanto nada mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia com negócio correspondente a um investimento específico. (MARX, 1894, L-III, V –V, p.313)

Vivendo apenas na esfera da circulação o capital comercial autonomiza esta esfera que passa a ter um fim em si mesmo. A separação entre produção e circulação torna-se extrema.

“Apesar do caráter autônomo que possui, o movimento do capital mercantil nada mais é que o movimento do capital industrial na esfera da circulação. Mas, em virtude dessa autonomia, o capital mercantil move-se até certo ponto sem depender dos limites do processo de reprodução e por isso leva este a transpor os próprios limites. A dependência interna e a autonomia externa fazem o capital mercantil chegar a um ponto em que surge uma crise para restaurar a coesão interior.” (Marx, 1894, L-III, V-V: 350)

Neste ponto Marx já fala na crise como fenômeno real. Mas a análise do capital comercial nos permite ir ainda mais longe e descobrir outra contradição gerada por ele: a contradição entre circulação e realização do Valor. Antes, as mercadorias, na circulação, realizavam seus valores e se retiravam desta esfera para a esfera do consumo onde iriam realizar os seus Valores de Uso. Agora, a realização do valor não implica na saída da circulação. Do ponto de vista do capital comercial, elas poderiam circular eternamente. Desse modo,

“...o capital comercial, ao aumentar a separação no tempo, no espaço e para os vários intervenientes no processo, dos atos de realização do valor e realização do valor de uso das mercadorias, estará contribuindo para a ampliação das possibilidades da crise.” (Ribeiro, 2008:71)

Neste nível da análise, o fenômeno da crise já atingiu o nível das possibilidades. Em uma sociedade com estas características ele já se torna possível. Caminhamos então para o nível da necessidade. Para isto falta-nos tecer considerações sobre o capital bancário (capital produtor de juros).

No processo de produção capitalista, o Dinheiro, além das funções que são inerentes, adquire uma nova função: a de meio de circulação do capital. Ele passa a ser uma forma que o capital assume na esfera da circulação e, desse modo, absorve as propriedades do capital de produzir mais valia.

“Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na reprodução capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro ... Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria”. (Marx, 1894, L-III, V-V: 392)

Vemos assim surgir uma nova mercadoria, a **mercadoria-capital** (MK). O Dinheiro não é usado por causa das suas propriedades como Dinheiro. Ele adquire a propriedade de crescer, não por ser Dinheiro, mas por ser capital e, nessa condição, passa a ser procurado e negociado em um tipo de mercado especial, o mercado de capitais.

“O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e a priori para o cessionário, é valor que possui o valor de uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo de volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital

realizado, positivando seu valor de uso de produzir mais-valia”. (Marx, 1894, L-III, V-V: 397)<sup>2</sup>

A mercadoria-capital é a mercadoria superprodutiva por excelência. Ela, ao ser consumida, não se destrói e, além disso, cresce. Quanto mais circula mais cresce. Na sociedade atual, com a desmaterialização do Dinheiro e o desenvolvimento, cada vez mais complexo, das instituições e operações financeiras, a mercadoria-capital adquiriu uma infinidade de outras formas como ações, promissórias, duplicatas, títulos, debêntures, etc., ampliando sem limites, a sua produção. E, além disso, a “produção” da mercadoria capital pelos bancos e instituições financeiras não necessita operários, fábricas, máquinas, matérias primas, ou qualquer outro tipo de insumo. Uma vez produzida, a mercadoria-capital é lançada na circulação que passa a ter ... *“sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso o movimento do capital não tem limites”*. (Marx, 1890, L-I, V-I, Cap. IV: 171)

Estão assim dadas as condições para a eclosão de uma crise de superprodução. Segundo Marx:

“Superprodução de capital, não de mercadorias isoladas – embora a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias – nada mais significa que superacumulação de capital. ... Trata-se aqui de superprodução que não concerne apenas a este ou aquele ou a alguns ramos importantes da produção, mas seria absoluta em sua amplitude, abrangendo todos os domínios da produção”. (Marx, 1894, L-III, V-IV, cap. XV, pp. 288/289)

Já fizemos considerações sobre as formas D e M do capital e sobre as consequências da autonomização de suas funções. Resta-nos fazer algumas considerações sobre a forma P do capital, ou seja, sobre o capital produtivo.

Sabemos que o capital produtivo é constituído por três elementos fundamentais: Máquinas e equipamentos (capital fixo), matérias primas e força de trabalho (capital circulante). Esses elementos devem ser combinados obedecendo-se a rigorosas proporções ditadas pelos coeficientes técnicos de produção, que são específicos para cada ramo. No entanto, os mercados onde eles são adquiridos são completamente independentes.

---

<sup>2</sup> O sublinhado é de Marx.

“Esta **dependência entre os vários componentes dos meios de produção e da força de trabalho**, que formam o capital produtivo, **choca-se com a independência dos mercados** onde eles são adquiridos. Qualquer perturbação no mercado de um dos elementos pode acarretar a impossibilidade da constituição de KP, paralisando o movimento de circulação do capital e podendo provocar reações em cadeia que, ao atingirem os outros mercados, desorganizam a produção.”

“Eis mais um meio de propagação do fenômeno das crises e, aqui, a contribuição é dada pela forma produtiva do capital.” (Ribeiro, 2008: 85)

Com a exposição feita até agora, demonstramos que o processo de reprodução do capital, cria as formas através das quais o fenômeno das crises de superprodução passa, do nível das possibilidades, para a realidade. Mas, ainda não fizemos considerações sobre o conteúdo do fenômeno.

É sobre isto que trataremos a seguir

### **3 - O conteúdo da crise**

Como vimos anteriormente, diferentemente das crises que caracterizaram os modos de produção anteriores ao capitalismo, que eram crises de escassez, a crise que caracteriza o modo de produção capitalista é uma crise de abundância, pois tem por base **a possibilidade do produto do trabalho humano não poder ser consumido**. Isto só pode ocorrer com o surgimento da mercadoria e da produção mercantil. Só quando o produto do trabalho humano assume a forma de mercadoria, ou seja, é produzido para ser consumido por outrem, é que surge esta possibilidade. Com o desenvolvimento da produção mercantil, esta possibilidade vai mudando quantitativa e qualitativamente. Quantitativamente porque a produção mercantil vai se generalizando e o volume de mercadorias aumentando de forma irreversível. Qualitativamente porque o desenvolvimento da forma mercadoria faz surgir o Dinheiro e as funções que ele passa a exercer introduzem elementos que tornam inevitável que produtos do trabalho humano deixem de ser consumidos. Com o aparecimento do novo fenômeno, a mercadoria especial Dinheiro, a probabilidade de que isso venha a ocorrer vai progressivamente aumentando.

#### **3.1 - A expansão da forma mercadoria**

A sociedade capitalista introduzirá profundas modificações na produção de mercadorias, que se tornam resultado da produção capitalista, produtos do capital. Não se produz porque haja qualquer tipo de necessidade social a ser satisfeita, mas se produz porque é necessário produzir lucro. *"A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro"*. (Marx, 1894, L - III, Vol. IV, cap. XV: 297)

Nesta sociedade a forma mercadoria domina todo o produto do trabalho humano. O seu desenvolvimento faz surgir o Dinheiro como mercadoria especial. O capital converte a força de trabalho em mercadoria e, finalmente, ele próprio passa a ser transacionado como uma mercadoria especial chamada Mercadoria-capital.

Para produzir lucros o capital deve consumir, mas o seu consumo é o consumo produtivo e, a cada mercadoria retirada do mercado, novas mercadorias serão lançadas nele e em quantidade crescente. Do ponto de vista do consumo pessoal, o resultado também será a produção e lançamento, no mercado, da mercadoria especial força de trabalho. No que se refere à Mercadoria-capital, a situação não é menos preocupante. Esta mercadoria tem a propriedade de não ser destruída pelo consumo e ao contrário, crescer.

**“Assim, qualquer que seja o ângulo da observação, verificamos que a produção de um volume cada vez maior de mercadorias é uma característica do Modo de Produção Capitalista.”** (Ribeiro, 2008: 97)

Toda a lógica da produção capitalista conduz inevitavelmente à superprodução geral de mercadorias sobre todas as suas formas. E isto é uma consequência das próprias leis do sistema e não pode ser alterado sem que seja alterado o próprio sistema.

### **3.2 - A expansão do número de consumidores**

O capital, em sua reprodução, recria as relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que destrói as relações de produção pré-capitalistas existentes, incorporando, cada vez mais, populações ao mercado, ao ritmo em que ocupa todo o espaço econômico.

"As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, a existência de uma classe assalariada, exigem a transição de toda a produção de mercadorias

para a produção capitalista de mercadorias. Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a subsistência imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção." (Marx, 1893, L - II, cap. I: 39)

A generalização da relação de trabalho assalariado transforma a população em consumidores potenciais da produção capitalista. Mas, além deste tipo de consumidor, o capital cria um novo tipo: o consumidor produtivo, as empresas que são insaciáveis, pois suas necessidades são as necessidades do capital: produzir lucro.

No conjunto da sociedade capitalista, o trabalho assalariado ultrapassa os limites dos trabalhadores produtivos, estendendo-se a todo tipo de empregados no aparelho do estado, nos serviços, comércio, seguros, bancos, etc. Podemos então afirmar que as forças do capitalismo, em sua expansão, criam um número crescente de consumidores.

### **3.3 - As barreiras ao consumo**

Mas, as mesmas leis que regem a criação de um volume crescente de mercadorias e de um número crescente de consumidores, criam igualmente as barreiras que impedem tais consumidores de satisfazerem as suas necessidades.

Em primeiro lugar, sendo o lucro, originado na mais valia, o objetivo da produção, o sistema tenta, de todos os modos, apropriar-se de quantidades crescentes de mais valia em todas as suas formas: absoluta, relativa e extraordinária, comprimindo a capacidade de consumo da maior parte dos consumidores, precisamente os trabalhadores assalariados.

Por outro lado a busca de mais valia extraordinária, motor do progresso técnico no modo de produção capitalista, leva ao aumento da composição orgânica do capital, e do número de trabalhadores atirados ao desemprego. Como afirma Marx:

"Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa dos trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo

capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea e alternativamente, por essas mudanças. Por isso a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção." (Marx, 1890, L - I, Vol. II, cap. XXIII: 732 - 733)

Se por um lado as forças do capital, no seu afã de produzir lucro, provocam a redução da capacidade de consumo dos consumidores pessoais, no que se refere ao consumo produtivo a situação não é mais favorável.

"Sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. ... A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não teria funcionado como capital produtivo.."

**"...A taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua procura, isto é, quanto maior o excedente do valor - mercadoria que fornece sobre o valor - mercadoria que adquire. "Seu objetivo não é a coincidência, mas a maior disparidade possível entre ambas, a maior superioridade possível da oferta sobre a procura".(Marx, 1893, L- II, Cap. IV: 119).**

Desse modo a "ilimitada" capacidade de consumo do capital, como consumidor produtivo, tem à partida uma forte limitação imposta pela própria lógica da acumulação capitalista, pois a procura de Meios de produção e Força de trabalho está condicionada pela possibilidade de uma oferta futura em muito maior escala, ou seja, pela possibilidade de obtenção de lucro através da venda, no mercado, de uma quantidade de valor superior àquela que dele foi retirada.

Se o capital é um consumidor insaciável pode tornar-se um comprador extremamente comedido sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados.

Como podemos ver, são as leis do próprio sistema que criam as barreiras de bloqueio entre os consumidores e as mercadorias a serem consumidas, daí a superprodução.

Poder-se-ia argumentar que, se o problema reside no desequilíbrio entre produção e consumo, se esta é a causa da crise, seria possível resolvê-lo através de uma ação que os equilibrasse.

Podemos demonstrar que tal não é possível.

Esta demonstração é feita em Ribeiro, 2008 onde foram consideradas todas as hipóteses possíveis: ação sobre a oferta, sobre a procura e sobre as duas simultaneamente. A análise feita



demonstra que é impossível este equilíbrio entre oferta e procura, pois as forças que as movem estão fora delas, nas leis gerais do processo de acumulação capitalista.

#### **4 - A causa da crise**

Já demonstramos nas páginas anteriores que, tanto o conteúdo como as formas de manifestação da crise são gerados pelas mesmas leis que regem o Modo de Produção Capitalista (MPC) e, portanto, é na essência deste modo de produção que se deve procurar a causa da crise.

Na análise das várias leis que se manifestam e que regem o MPC, como a lei da mais valia, da queda tendencial da taxa de lucro, da acumulação capitalista, do lucro médio, da anarquia da produção, da concorrência, etc., Marx dá indicações para a formulação do que seria a contradição fundamental do sistema e está na origem de toda a sua dinâmica.

“A superprodução tem por condição, de maneira específica, a lei geral da produção do capital: produzir na medida das forças produtivas (isto é, da possibilidade de desfrutar a maior quantidade possível de trabalho com dada quantidade de capital), sem considerar os limites existentes do mercado ou as necessidades solvíveis, e efetuar isso por meio da ampliação constante da renda (revenue) em capital, enquanto, em contraposição, a massa dos produtores fica muito limitada e tem de ficar limitada ao nível médio de necessidade de acordo com a natureza da produção capitalista”. (Marx, 1980, V-II: 969)

Esta contradição está relacionada com as classes fundamentais (burguesia e proletariado), com a relação de produção fundamental (relação de trabalho assalariado), etc. Ele leva à conclusão de que a contradição fundamental do capitalismo é a contradição entre o caráter social da produção e a forma de apropriação privada capitalista. Segundo Lenin é ..”*aquela que existe entre o caráter social da produção (socializada pelo capitalismo) e o modo privado, individual, de apropriação,*” ou seja, “...*a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação*”. (Lenine, 1897: 162)

#### **5 – Algumas considerações sobre a ciclicidade**

Resta-nos ainda um problema. Se as leis que regem o capitalismo são permanentes por que as crises são cíclicas?

Marx nos oferece algumas indicações. A primeira indicação feita por ele é a seguinte:

“...a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que graças a essa indústria, o comércio exterior começa a avantajarse ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo, ...; em que, finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir desse momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, e que desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro.” (Marx, 1890, L-I, V-II, cap. XXIII: 735)

A base do movimento cíclico encontra-se, portanto no capital industrial, no capital produtivo.

Sabemos que o capital produtivo é constituído por capital fixo e capital circulante. A parte circulante renova-se continuamente, mas a parte fixa (máquinas, equipamentos) não. Ela é comprada em grandes pacotes, instalada e depois, ao longo de um período mais ou menos longo, vai transferindo o seu valor aos produtos, ao ritmo em que perde seu valor de uso. Após um dado período de tempo esta parte do capital deverá ser reposta e isto será novamente feito em grandes pacotes. Nos grandes empreendimentos não se compra uma máquina, mas um conjunto delas. Este pacote de compras vai estimular a produção do setor I, produtor de meios de produção que será levado a ampliar sua produção. O arranque do setor I, contratando novos operários, repercutirá no setor II, produtor de meios de consumo, gerando a retomada do crescimento da economia.

“Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a magnitude e a duração da vida // do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga essa vida, por outro, a encurta, por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Daí a mutação dos meios de produção e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente. Podemos admitir que, para os ramos mais importantes da indústria moderna, esse ciclo de vida é atualmente de 10 anos, em média. Todavia não se trata agora de determinar o número exato de anos. Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma **base material das crises periódicas** em que os negócios passam por **fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise**. São bem diversos e dispare os períodos em que se aplica capital. Entretanto, **a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos** e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, **nova base material para o próximo ciclo de rotações.**” (Marx, 1893, L-II, cap. IX: 193/194)

A base material para a ciclicidade é o capital fixo. Uma vez ocorrida a primeira crise geral, ela provoca a falência dos capitalistas mais fracos e a sobrevivência dos mais fortes e obriga à explosão dos investimentos que serão feitos na mais avançada tecnologia. As encomendas de capital fixo de todos os setores serão, por esse meio, sincronizadas marcando a periodicidade do novo ciclo que inevitavelmente virá. O capital fixo se constitui, portanto, no metrônomo que marcará o ritmo do ciclo econômico ou crise cíclica de superprodução.

Mas, a crise não trás apenas desgraças. Ela desempenha um papel saneador periódico, restaurando as contradições do sistema e os equilíbrios desfeitos.

No processo de reprodução do capital, as contradições se desenvolvem e se aguçam. Se elas são inerentes ao sistema elas devem ter um mecanismo de restauração ou o MPC seria levado a uma morte econômica.

O aumento de uma contradição pode conduzir a dois fenômenos opostos:

- 1 - os contrários aproximam-se, unem-se, como se não houvesse oposição entre eles e, neste caso, torna-se necessário restabelecer a oposição para que a contradição se mantenha;
- 2 – os contrários afastam-se como se a unidade não existisse entre eles e, neste caso, torna-se necessário restabelecer esta unidade.

O aumento de uma contradição dá-se através de mudanças quantitativas, (evoluções) e qualitativas (saltos). Se a unidade de contrários está na essência de um sistema, para que este sistema continue a existir, estas contradições devem ser restabelecidas. Desse modo, sempre que o aumento de uma contradição atinja determinado nível, ela deve ser restaurada por um fenômeno qualquer que, ou restabeleça a unidade dos contrários, ou a oposição entre eles.

Esta é precisamente a função benéfica da crise econômica no MPC. É ela que impede que o sistema tenha uma morte econômica espontânea.

## **5 - Conclusões**

Podemos concluir que a tendência para a superprodução generalizada de mercadorias está na própria essência do processo de reprodução do capital, é inerente a ele. Ou seja, o Modo de Produção Capitalista cria um volume crescente de mercadorias, um número também crescente de

consumidores, mas cria igualmente mecanismos que os impedem de consumir. É assim que deve ser compreendida a superprodução, superprodução de mercadorias e de capitais. Não em relação às necessidades sociais. Superprodução sim porque os consumidores estão impedidos de consumir pelos mecanismos criados pelo próprio sistema, pois, no Modo de Produção Capitalista, *"O limite da produção é o lucro do capitalista e de maneira nenhuma a necessidade dos produtores."* (Marx, 1863, T-II, 1980, p. 962)

O fenômeno engloba, portanto, a produção de um volume crescente de mercadorias, e de uma quantidade crescente de consumidores e ao mesmo tempo a criação de barreiras que impedem o consumo. É este o conteúdo do fenômeno da crise. Não é apenas um problema de excesso de oferta em relação a procura. *".. Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo."* (Marx, 1894, L - III, Vol. IV, cap. XV, pp. 295 - 296).

Este fenômeno é uma lei do modo de produção capitalista e que, portanto, não pode ser abolido sem que o próprio sistema seja alterado. É assim que deve ser considerado e estudado o fenômeno que hoje envolve todo o planeta.

Uma vez estabelecida e aceita esta formulação da lei da crise em Marx, objetivo deste trabalho, torna-se necessário corrigi-la, desenvolvê-la e aplicá-la à realidade atual.

Dois caminhos podem ser sugeridos.

O primeiro deles é no sentido de estudar, descobrir os novos elementos e alterações que o MPC vem sofrendo nos dias atuais o que permite o desenvolvimento da própria teoria.

O segundo consiste no esforço de aplicação da teoria na análise dos vários fenômenos que ocorreram e ocorrem na economia brasileira e mundial.

Esta aplicação já nos permitiu, por exemplo, prever a ocorrência do "milagre brasileiro", bem como o seu fim. Permite também uma nova visão sobre a evolução do processo de acumulação do capital no Brasil dividindo-o em duas etapas cuja fronteira está nos primeiros anos da década de 60: o período em que a economia do país tinha ciclos refletidos e o período em que o movimento cíclico domina a economia do país.

Permitiu ainda prever que o ciclo mundial assumiria a forma financeira e que esta forma continuará a prevalecer nos próximos movimentos cíclicos. Permite ainda traçar prognósticos para a evolução futura e fazer uma crítica radical às soluções que estão sendo propostas para a saída da situação em que a economia mundial se encontra.

Penso que a realização desta mesa, neste encontro, é um passo na concretização destes dois caminhos que aqui foram apontados.

#### **4 – Bibliografia.**

Marx, Karl.(1995) Theories sur la Plus-Value. Paris: Sociales, 1995.

Marx, Karl.(1890) O Capital, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s. d., Tradução de Reginaldo Sant’Anna do original Das Kapital, Buch I, 4ª ed. 1890.

Marx, Karl. (1893) O Capital, Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s. d., Tradução de Reginaldo Sant’Anna do original Das Kapital, Buch II, 2ª edição, 1893.

Marx, Karl. (1894) O Capital, Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., Tradução de Reginaldo Sant’Anna do original Das Kapital, Buch III, 1ª edição. 1894.

McCraken, P. Pour le plein emploi et la stabilité de Prix. McCraken, Paul et alii. OCDE, 1976.

Ribeiro, Nelson Rosas (1983). A crise atual: acidente ou necessidade. In: Economia - E.C. –  
Questões Econômicas e Sociais, nº45, set./out. 1983, Lisboa.

Ribeiro, Nelson Rosas. (2008) A crise econômica: uma visão marxista, João Pessoa, UFPB, Editora Universitária, 2008.

Ribeiro, Nelson. (1994) A crise econômica: evolução de um conceito. In: Economia – Ensaio. V. 8, n. 2, jul. 1994. Uberlândia: EDUFU, 1994.